

O silêncio velado do "Pacto da Branquitude" e a relação com a Necropolítica

The veiled silence of the "Whiteness Pact" and its relationship with Necropolitics

João Batista Monte de Oliveira¹, Francisca Laudeci Martins Souza²,
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro³

1. Mestrando em Educação
Universidade Regional do Cariri (URCA)
E-mail: jb.monte@urca.br

2. Doutora em Educação
Universidade Regional do Cariri – Mestrado
Profissional em Educação (URCA)
E-mail: laudeci.martins@urca.br

3. Doutora em Psicologia
Universidade Regional do Cariri – Mestrado
Profissional em Educação (URCA) / Centro
Universitário Paraíso do Ceará
E-mail: adrianaagp.psi@gmail.com

Artigo de Revisão

Resumo: Este artigo analisa o conceito do "Pacto da Branquitude" como uma estrutura social que perpetua a hegemonia branca através do silêncio e da omissão e sua relação com a Necropolítica. Através de análise bibliográfica por meio da pesquisa qualitativa, o objetivo é investigar a forma como a sociedade, de maneira muitas vezes inconsciente, evita discutir e confrontar questões relacionadas ao racismo sistêmico. O estudo também destaca a perpetuação de privilégios brancos e a marginalização de vozes não brancas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com aporte numa revisão bibliográfica para que se possa compreender a temática fazendo relações com a discussão proposta. O termo "silêncio velado" destaca a cumplicidade passiva na manutenção desse pacto, revelando, nos resultados, a necessidade de uma conscientização crítica para quebrar esse ciclo.

Palavras-chave: Pacto da Branquitude. Racismo Sistêmico. Necropolítica. Conscientização Crítica.

Abstract: This article analyzes the concept of the "Pact of Whiteness" as a social structure that perpetuates white hegemony through silence and omission and its relationship with Necropolitics. Through bibliographic analysis through qualitative research, the objective is to investigate the way in which society, often unconsciously, avoids discussing and confronting issues related to systemic racism. The study also highlights the perpetuation of white privilege and the marginalization of non-white voices. This is a qualitative research approach supported by a bibliographical review so that the topic can be understood by relating it to the proposed discussion. The term "veiled silence" highlights the passive complicity in maintaining this pact, revealing, in the results, the need for critical awareness to break this cycle.

Palavras-chave: Whiteness Pact. Systemic Racism. Necropolitics. Critical Awareness.

Introdução

Nos complexos meandros da sociedade contemporânea, o Pacto da Branquitude emerge como um fenômeno social que, embora muitas vezes sutil e inadvertido, desempenha um papel relevante na perpetuação da hegemonia branca. Este artigo se propõe explorar e desvelar algumas camadas desse pacto, examinando como a sociedade, de maneira muitas vezes inconsciente, contribui para sua manutenção através do silêncio e da omissão, bem como a sua relação com a Necropolítica.

O termo "Pacto da Branquitude" de acordo com Bento (2022) denota uma espécie de acordo tácito que, ao longo do tempo, estabeleceu-se como uma estrutura complexa, silenciosamente governando as interações sociais e moldando a percepção coletiva. Este pacto não é expresso em palavras, mas sim incorporado nas práticas diárias, nas relações interpessoais e nas instituições que constituem a espinha dorsal da sociedade.

Assim, é um compromisso que se manifesta através de uma série de comportamentos, muitas vezes imperceptíveis, que, de maneira coletiva, contribuem para a manutenção de uma ordem social que favorece a branquitude em detrimento de outras identidades, em especial as negras.

A Necropolítica, estabelecida por Achille Mbembe determina que é o exercício de poder pelo soberano, no qual ele emprega uma política de aniquilação e hostilidade, determinando quais corpos devem perecer e quais devem sobreviver (Sievers; Silva, 2023). Ela se refere às maneiras pelas quais o poder político é exercido através da regulamentação da mortalidade e do uso da violência. O que de fato, inclina-se a influenciar de maneira mais acentuada nos corpos marginalizados como os dos negros.

A análise bibliográfica, baseada em uma pesquisa qualitativa abrangente, oferece um olhar penetrante sobre as nuances desse pacto. A

pesquisa visa desenterrar as raízes do silêncio que o permeia, examinando como a sociedade, consciente ou inconscientemente, evita deliberadamente discutir e confrontar questões necessárias relacionadas ao racismo sistêmico. Nesse contexto, a pesquisa destaca a relevância de se compreender as estratégias subliminares adotadas para manter o status quo, destacando o papel do "silêncio velado" como um veículo de cumplicidade passiva na preservação desse pacto.

Ao focar a perpetuação dos privilégios brancos e a marginalização persistente das vozes não brancas, este estudo procura ir além da superfície, penetrando em algumas estruturas profundas que sustentam o Pacto da Branquitude e a Necropolítica. Os resultados revelam não apenas a complexidade do fenômeno, mas também a necessidade premente de uma conscientização crítica para quebrar esse ciclo vicioso.

Nesta jornada pela compreensão do silêncio velado do Pacto da Branquitude e a sua relação com a Necropolítica, buscamos não apenas identificar os sintomas evidentes, mas também explorar as raízes subjacentes, promovendo uma análise crítica que transcenda as fronteiras do óbvio.

O “Pacto da Branquitude”

As hierarquias de raça e gênero estabelecidas durante o período colonial persistiram na era republicana, desempenhando um papel elementar na consolidação do capitalismo no Brasil pós-abolição. No entanto, a notável ausência de um discurso racializado em relação aos brancos na história do país, juntamente com o silêncio acerca dos benefícios herdados da escravidão por essa parcela da população, emergiram como fatores significativos no contexto do racismo e do Pacto da Branquitude. Não

é coincidência que a resistência a esse capitalismo racial tenha surgido por meio do movimento negro e sua luta decolonial (Bertin, 2023).

O Pacto da Branquitude é uma expressão simbólica que aborda questões relacionadas ao privilégio branco, a hegemonia cultural e as disparidades sociais. Pode-se entender esse conceito como um acordo tácito, muitas vezes não explicitado, entre membros de grupos étnicos majoritariamente brancos, visando manter e perpetuar as estruturas de poder existentes. “Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal” (Bento, 2022, p. 11).

E de acordo com Bento (2022) claramente, os brancos não organizam reuniões secretas ao amanhecer para planejar a manutenção de seus privilégios e a exclusão dos negros. No entanto, é como se isso acontecesse: as estratégias de exclusão e preservação de privilégios em diversas instituições seguem padrões semelhantes, embora frequentemente sejam negadas ou silenciadas de maneira sistemática. Esse fenômeno destaca a necessidade urgente de abordar a dinâmica de dominação racial e de gênero que permeia as organizações, muitas vezes envolta em silêncio. Durante esse processo, é importante identificar, explicitar e transformar alianças e acordos não expressos que servem aos interesses de grupos específicos, revelando uma das características do pacto narcísico associado à branquitude.

No contexto dessa relação, pode referir-se a padrões sistêmicos que favorecem pessoas brancas em diversas áreas, como acesso a oportunidades educacionais, empregos, justiça e representação nos meios de comunicação. Esse pacto, como sendo informal e subentendido, envolve a perpetuação de estereótipos, a manutenção de políticas discriminatórias,

resistência a mudanças estruturais que promovam a equidade até mesmo a relação com a morte, no sentido em quem deve ser deixado para morrer. “Os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva” (Mbembe, 2016, p. 124).

De acordo com Feré (2018) o Brasil é o segundo país em população negra no mundo, mas também figura entre aqueles com as formas mais rígidas de hierarquias sociais. Nesse contexto, torna-se desafiador discernir entre as desigualdades econômicas e sociais e aquelas relacionadas à cor da pele. A situação de vulnerabilidade socioeconômica, o descaso e o abandono aos quais os negros foram submetidos após a abolição da escravatura em 1888 persistem até hoje, ganhando destaque no atual cenário de crise. Uma evidência contundente dessa persistência é observada na reprodução, tanto na linguagem quanto no comportamento, dos estigmas da era da escravidão.

Ao longo dessas histórias, as sociedades têm sido moldadas por estruturas que privilegiam determinados grupos étnicos em detrimento de outros. O Pacto da Branquitude revela-se, então, ser uma métrica para as dinâmicas históricas e contemporâneas que perpetuam a supremacia branca, juntamente com essa questão, a Necropolítica também pode ser modulada nesse cenário para esse ciclo perverso.

Sobre a questão, Sievers e Silva (2023) discorrem que tomando o pacto narcísico da branquitude como ponto de partida e a necropolítica como a engrenagem que o impulsiona, esse processo de dominação e controle sobre os corpos das pessoas negras, consideradas como o "Outro" e distintas fundamentalmente do homem branco e europeu estabelecido como padrão de referência, resultou na colonização das características fenotípicas. Os traços eurocêntricos foram impostos como o padrão ideal de beleza e vida,

enquanto todos os outros, especialmente os africanizados, foram relegados à margem. Observados, assim, uma expansão da violência, impulsionada pela combinação desses dois mecanismos de análise: a necropolítica e o pacto narcísico da branquitude.

Desse impacto, Guimarães et al. (2022) expõe que a discriminação racial representa uma barreira substancial e subestimada para o progresso econômico e social do país. No século XXI, o racismo persiste em diversas formas, servindo como uma ferramenta de manutenção para um sistema que favorece uma minoria em detrimento de uma grande parte da população em desvantagem social. Essa desvantagem afeta tanto pessoas negras quanto não negras, criando um problema generalizado, embora com diferentes graus de desigualdade.

No Brasil, o mito da democracia racial enraizado na estrutura social do país contribui para a aceitação social do racismo. No entanto, compreender verdadeiramente o que é o racismo é crucial para gradualmente desconstruí-lo e, finalmente, eliminar essa barreira espessa ao desenvolvimento econômico. A identificação do 'pensamento patrono', a crítica aos costumes associados à casa-grande que persistem nas relações sociais até os dias atuais, e a exposição do controle autoritário de uma entidade que busca manter a sensação de paz são elementos essenciais na desconstrução desses padrões. Essas ações poderiam viabilizar uma verdadeira revolução e impulsionar o desenvolvimento econômico e social efetivo.

É importante notar que a discussão sobre esses temas é complexa e sensível, e diferentes perspectivas podem ser consideradas. Enquanto alguns argumentam que a sociedade avança em direção à igualdade, outros apontam para desafios persistentes que exigem uma abordagem mais

profunda e sistêmica como estas. Desse último ponto de vista, há reflexões fortes relacionando a temática com o auge da pandemia da Covid-19.

O cenário da pandemia tem revelado de maneira clara a mentalidade escravista da elite brasileira, evidenciando o surgimento de um novo pacto da branquitude no país. Inicialmente, o vírus atingiu as classes mais privilegiadas, as quais receberam tratamento preferencial em renomados e dispendiosos hospitais. Esse pacto reafirma uma hierarquia de valores que enxerga o branco como um modelo superior e o negro como inferior, permitindo que a pandemia de coronavírus se alastre para as áreas periféricas mais precárias. Nessas regiões, caracterizadas por indicadores econômicos desfavoráveis, como falta de moradia adequada, limitado acesso à saúde pública e carência de nutrientes adequados na alimentação, as relações de trabalho são predominantemente marcadas pela subcontratação e trabalho informal. Os impactos têm sido severos, resultando em milhões de pessoas infectadas a uma velocidade sem precedentes. Este quadro reflete um Brasil polarizado entre o preto e o branco, com estreitas conexões com o desenvolvimento do capitalismo dependente, enraizado em relações sociais de produção ancoradas historicamente na escravidão e na violência patriarcal (Eurico et al, 2021).

Nesse contexto, devido à colonização conduzida pelos povos brancos europeus, impôs-se ao corpo negro um deslocamento para uma categoria inferior, subjugado pela falsa fantasia imposta pelo civilizador. Essa operação serviu de base para a instituição da escravidão, resultando na captura e aprisionamento dos corpos de cor. Sob a influência do racismo e da branquitude, a estrutura social foi moldada de acordo com o fenótipo, validando desigualdades hierárquicas profundas. O corpo negro, quando aceita passivamente seu lugar de subalternidade e inferioridade, não

representa uma ameaça à branquitude. No entanto, ao reivindicar sua humanidade e seu espaço na sociedade, esse mesmo corpo torna-se motivo de desconforto, sujeito a perseguições e discriminações raciais mais evidentes (Hilário; Lima, 2023).

Bento (2022) enfatiza que devemos enfrentar todas as manifestações de discriminação, no entanto, é crucial distinguir aquelas que envolvem violência e perpetuam um verdadeiro genocídio, como é lamentavelmente evidente em relação à população negra em nosso cotidiano. Essa discriminação se manifesta em diversas áreas e permeia todas as fases da vida, começando na educação infantil, conforme evidenciado por numerosos estudos sobre o assunto.

A premissa subjacente a esse pacto é a de que o padrão racial universal é o branco, apesar de o termo "raça" ter se afastado da identidade branca. Em outras palavras, a branquitude não reconhece a sua própria racialização, pois considera o branco como o padrão normativo. Conseqüentemente, o pacto da branquitude inclui um elemento narcisista que permite às pessoas brancas manterem seus privilégios ao silenciarem sobre a sua própria racialização (Bertin, 2023).

Em um mundo ideal, a superação do Pacto da Branquitude seria alcançada por meio do reconhecimento das disparidades, da promoção da educação antirracista, da implementação de políticas inclusivas e da construção de pontes para a compreensão e empatia entre as diferentes comunidades. O objetivo seria criar uma sociedade onde a justiça social prevaleça sobre quaisquer pactos imaginários que possam perpetuar desigualdades, mas o que ocorre na realidade é um cenário desgastante de busca pela conscientização e do respeito com os corpos negros.

O silêncio velado e necropolítica

O silêncio velado em relação aos corpos negros no Pacto da Branquitude e na Necropolítica é um tema profundamente enraizado nas estruturas sociais e históricas que moldaram as relações raciais ao longo dos séculos. Esse silêncio não se manifesta apenas na ausência de palavras, mas também nas entrelinhas da narrativa histórica, nos espaços de poder e nos mecanismos sutis que perpetuam a discriminação racial.

Sobre esse silêncio, Menezes e Mendes (2023) esclarecem que o solo propício para o desenvolvimento do racismo discreto, a peculiar manifestação racista brasileira. Este tipo de racismo sutil cria uma percepção negativa da comunidade negra, ao mesmo tempo em que trabalha para negar essa percepção, contribuindo para a formação da identidade dos descendentes de escravizados no Brasil. O conhecimento sobre questões raciais é suprimido desde os primeiros anos de educação, resultando em um tabu que impede os indivíduos de se reconhecerem como negros e reivindicarem seus direitos como integrantes desse grupo racial. Essa afirmação ecoa a ideia de que a crença na nação mestiça e harmoniosa, por muito tempo, encerrou o debate racial sob a bandeira da democracia racial, silenciando a reflexão sobre o racismo, disseminado principalmente por Gilberto Freyre, permeia o debate racial no Brasil trazido de maneira equivocada por essa propagação errônea.

A história da escravidão, por exemplo, é um capítulo marcante que muitas vezes é evitado ou minimizado, criando uma atmosfera de desconforto ao abordar as atrocidades cometidas contra corpos negros. Esse silêncio velado atua como uma barreira para a compreensão completa do impacto duradouro dessas injustiças, permitindo que mitos e estereótipos persistam sem serem desafiados.

O racismo se manifesta, portanto, no não dito, silenciado em público e compartilhado no privado. Dentro de um contexto de restrições, questionamentos sobre o que ser, como ser, por que ser e para quem ser, o racismo estabelece raízes como um agente modelador e regulador do sofrimento psíquico do corpo negro. Examinar esse fenômeno a partir das experiências dos corpos afetados envolve refletir sobre os efeitos psicológicos que permeiam suas vidas e influenciam suas maneiras de interagir com o mundo (Hilário; Lima, 2023).

No entanto, o silêncio vai além do passado histórico. Ele também permeia as estruturas contemporâneas, manifestando-se em formas mais insidiosas. A invisibilidade dos corpos negros nos espaços de poder, seja no mundo corporativo, político ou acadêmico, é um exemplo evidente desse silêncio velado. Apesar dos avanços sociais, a representação significativa continua a ser um desafio, perpetuando um ciclo de marginalização e trazendo à tona conceitos como o da Necropolítica para essas questões.

No contexto da necropolítica, o foco está em como certas populações são submetidas a formas de controle social e político que determinam não apenas suas vidas, mas também suas mortes. Esse conceito é frequentemente aplicado a situações em que certos grupos de pessoas são marginalizados, oprimidos ou submetidos à violência de maneiras que levam a altas taxas de mortalidade. Mbembe explora como formas contemporâneas de poder, especialmente em contextos pós-coloniais, envolvem não apenas o gerenciamento da vida, mas também o gerenciamento da morte. A necropolítica examina como estados e outras estruturas de poder controlam a vida e a morte por meio de vários meios, incluindo violência, discriminação e regulamentação do acesso a recursos e necessidades básicas (Mbembe, 2016).

A Necropolítica, conforme Sievers e Silva (2023) sob uma perspectiva política, é uma lógica que se desdobra na forma como os corpos negros são tratados na sociedade, especialmente quando se evidencia que a vida do indivíduo negro é politicamente interpretada de maneira diferenciada: ela é geograficamente limitada nas cidades e restringida em seu acesso a bens e serviços básicos, incluindo aqueles relacionados à proteção e manutenção da própria vida. A vida do indivíduo negro, nesse sentido, não apenas é negligenciada, mas também se torna alvo de uma forma de política de extermínio, como descrito por Mbembe.

Sobre esse prisma, importante destacar o cenário pandêmico da Covid-19 já mencionado, onde os negros ficaram à própria sorte, envolto ao silêncio do pacto e da mórbida necropolítica. Desse cenário, Eurico et al. (2021) informam que uma pesquisa divulgada em 2020 pelo Coletivo Terra, Raça e Classe do MST, no jornal Brasil de Fato, apontou que a população negra na cidade de São Paulo enfrenta até 85% mais riscos de falecer devido à covid-19 em comparação com a população branca. O estudo também destacou que, embora os negros representem 43,1% dos hospitalizados, eles correspondem a mais da metade das mortes. Além disso, um dado significativo revela que, embora pessoas brancas sejam a maioria entre os internados, são minoria entre os óbitos. Ou seja, quem deve morrer, como posto pela Necropolítica.

Além disso, corroborando com essa situação, Araújo e Santos (2019) apontam que dados provenientes do Mapa da Violência, Atlas da Violência e outras fontes estatísticas revelam que, em particular, os jovens negros, residentes em bairros periféricos e com baixa escolaridade, são os principais alvos de morte. Esse fenômeno é resultado da objetificação do corpo negro ao longo dos últimos séculos, desde o trabalho forçado até seu tratamento

como mercadoria e a perseguição legal pós-abolição, como exemplificado pela prisão dos chamados "vadios", que, em última análise, eram predominantemente negros. Essa violência persiste até os dias atuais, evidenciada pelo encarceramento em massa e genocídio dessa população.

O Pacto da Branquitude, por sua vez, contribui para esse ciclo de perversidade. Esse pacto é muitas vezes mantido pelo silêncio, pela negação e pela falta de consciência das vantagens que são automaticamente conferidas aos indivíduos brancos. Quando esse pacto é mantido, a voz dos corpos negros é suprimida, e o silêncio torna-se uma ferramenta poderosa para manter a hierarquia racial e conforme Bento (2022) um reforço desse pacto narcísico.

Bento (2022) afirma que os pactos narcísicos requerem a cumplicidade silenciosa de todos os membros do grupo racial dominante, exigindo que atos anti-humanitários praticados por seus antepassados sejam apagados e esquecidos. Devem reconstruir a história de forma positiva para usufruir da herança, ampliar seus benefícios e transmiti-los às próximas gerações. Esses pactos são moldados, regulamentados e transmitidos por instituições, sendo essencialmente coletivos em sua natureza. Os movimentos sociais, também caracterizados pela coletividade, representam uma ameaça, pois identificam, denunciam e exigem reparações. Dessa maneira, o debate sobre desigualdades torna-se cada vez mais evidente, provocando indignação em segmentos que antes não se manifestavam, como os brancos antirracistas, que agora se perguntam: "O que podemos fazer para dismantelar esse sistema tão desigual e perverso? Qual é o nosso papel como brancos antirracistas?"

Dessas considerações, Bertin (2023) comenta que a crítica de Cida Bento no livro "O Pacto da Branquitude" não se limita apenas à ausência de

atenção à memória negra, mas estende-se à falta de estudos sobre o que ela denomina como "amnésia branca" — o esquecimento da cumplicidade branca com a escravidão e o sofrimento negro. Enquanto o passado escravista e suas ramificações temporais são objeto de análise, a autora destaca a urgência de disseminar esse conhecimento para além das fronteiras acadêmicas, buscando alcançar toda a sociedade. A pertinência dessa perspectiva reside no fato de que, mesmo com reformulações nos livros escolares e iniciativas acadêmicas como linhas de pesquisa, grupos de estudo e congressos dedicados à discussão sobre a escravidão e o pós-abolição, essas ações ainda são consideradas insuficientes para um reconhecimento justo da resistência negra e de seu papel na construção da história brasileira.

Além do mais, a mídia desempenha um papel essencial na perpetuação desse silêncio velado. A representação estereotipada dos corpos negros nos meios de comunicação contribui para a criação de uma narrativa única e muitas vezes distorcida. A ausência de histórias autênticas, ricas e diversas sobre a experiência negra contribui para a manutenção de estigmas e preconceitos.

Deste contexto, Santos (2022) expõe que quando comunidades marginalizadas recorrem a meios de comunicação alternativos e populares para disseminar uma identidade de marca, preservar uma língua e narrar uma versão da história que foi suprimida pela máquina imperial representada pela imprensa hegemônica, a qual domina a comunicação de massa. As correntes de pensamento pós-colonial e decolonial lançam críticas aos efeitos prejudiciais resultantes de uma visão ocidental de razão, humanismo e universalismo, que obscurece a violência colonial direcionada

a indivíduos historicamente oprimidos e que persiste mesmo após a independência das colônias.

O impacto das relações de colonialidade, que envolvem dimensões políticas, militares e econômicas, é essencialmente epistemológico e subjetivo. Atualmente, seu principal sustentáculo é a manipulação dos sentimentos para distorcer a verdade, operada por meio do controle exercido por grandes instituições financeiras sobre as redes tecnológicas digitais, detentoras do domínio sobre a globosfera.

A educação também desempenha um papel vital nesse contexto. A falta de inclusão de uma perspectiva negra na narrativa educacional resulta em um entendimento superficial e muitas vezes deturpado da história. Isso perpetua o silêncio sobre as contribuições significativas dos corpos negros para o desenvolvimento cultural, social e científico, gerando um apagamento ou arquivamento dos fatos. “Estar ciente de que o pacto da branquitude foi mobilizado para silenciar as desigualdades é um primeiro passo para sua suplantação, e desta depende o futuro da democracia” (Bertin, 2023).

Oliveira et al. (2023) expõe que as atividades relacionadas à temática racial demandam aprimoramento para estar em conformidade tanto com as normas legais estabelecidas quanto com o discurso que promove a valorização da diversidade. Dessa forma, uma mudança efetiva requer iniciativas que se integrem ao ambiente escolar cotidiano e um posicionamento crítico diante das concepções tidas como verdades estabelecidas. Nesse contexto, a defesa de uma educação politizada se faz essencial, contrastando com uma abordagem bancária, para questionar e se posicionar diante das hierarquias sociais e dos sistemas de dominação em vigor. No âmbito curricular, é imperativo revisar o que é considerado central

em termos de conteúdo, bem como criticar a marginalização dos povos racializados em geral, e mais especificamente, do povo negro.

Um posicionamento crítico e reflexivo sobre os conteúdos destaca a importância de questionar a narrativa histórica, assim como os autores e teorias que predominam nas diversas disciplinas, revelando um conhecimento construído predominantemente no hemisfério norte. Uma educação politizada e antirracista pressupõe reconhecer que os saberes universalmente aceitos não são neutros e estão imbuídos de uma lógica hierárquica e de dominação que os naturaliza como verdades. Portanto, o engajamento crítico e reflexivo é fundamental para desafiar essas concepções e promover uma educação mais inclusiva e justa.

Dessa questão, Veríssimo (2020) afirma que ao abordar a problemática do racismo negado, um reflexo do traumático legado da escravidão no Brasil, esta discussão nos leva a considerar a manutenção de crenças que idealizam um país supostamente isento de um passado conturbado. Surge, assim, a valorização do silêncio como estratégia para lidar com a violência histórica, fundamentada em uma visão fetichizada da história que nega a realidade, impondo uma versão oficial, folclórica e mítica.

Superar o silêncio velado em relação aos corpos negros no Pacto da Branquitude e na Necropolítica exige uma abordagem ampla. É elementar confrontar a história de forma honesta e aberta, reconhecendo as injustiças passadas para construir um caminho mais plural. Além do mais, a promoção de uma representação autêntica e inclusiva nas diversas esferas da sociedade é fundamental para permitir que vozes antes silenciadas sejam ouvidas. “As formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas.” (Bento, 2022, p. 11).

Se a cultura internaliza os sistemas de representação presentes na vida cotidiana por meio da educação, e considerando que a escola é uma das instituições responsáveis por processos educativos, é possível afirmar que essa instituição reflete e (re)constrói aspectos culturais. No contexto das atividades relacionadas às relações raciais, essas representações exercem influência na formação de concepções acerca da negritude, impactando o processo de construção da identidade negra. Vale ressaltar que tais atividades não se limitam apenas à abordagem programada de conteúdos, mas também permeiam as relações estabelecidas no ambiente escolar, nos eventos promovidos pela instituição e nas interações e comunicações estabelecidas pela escola com outros espaços culturais e comunitários (Oliveira et al., 2023).

A violência sistêmica, oriunda das estruturas simbólicas de exclusão no Brasil, aprisiona os corpos negros, transformando-os em entidades descartáveis e suscetíveis à morte. Esse fenômeno é resultado de uma ideologia da branquitude, herdeira de teorias científicas sectárias que estabeleciam o ideal humano como de cor branca, fundamentadas em concepções supremacistas. As teorias da miscigenação, que deram origem ao mito da cordialidade racial alimentado por estudos antropológicos que destacam a mestiçagem como símbolo da identidade nacional, negam a negritude e concebem o negro como algo distante da condição de vítima. A miscigenação, nesse contexto, representa um projeto de um movimento em direção ao branqueamento, configurando-se como um ideal social e inconsciente (Santos, 2022).

A conscientização é o primeiro passo para romper o silêncio. Isso implica em um compromisso ativo de desafiar os preconceitos internalizados, reconhecer privilégios inconscientes e buscar uma

compreensão mais profunda das experiências dos corpos negros. Somente através da educação, do diálogo aberto e do engajamento crítico, podemos começar a desfazer os nós do silêncio velado, construindo uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Considerações Finais

O presente estudo mergulhou em algumas das complexidades e nuances do Pacto da Branquitude e da Necropolítica, destacando seus papéis muitas vezes silenciosos e velados na perpetuação de desigualdades e estruturas sociais. Ao examinar as várias facetas desses dois ramos, tornou-se evidente que o silêncio em torno das questões raciais é uma ferramenta poderosa de manutenção do status quo.

Uma das descobertas mais marcantes foi a constatação de que o silêncio não é apenas a ausência de palavras, mas muitas vezes uma escolha estratégica para preservar privilégios e evitar confrontos desconfortáveis. O Pacto da Branquitude, ao operar nas entrelinhas, cria uma atmosfera de complacência que dificulta a desconstrução de estereótipos e a promoção da igualdade racial.

A reflexão sobre os impactos do racismo silencioso amparados pelo Pacto da Branquitude e da Necropolítica revela uma realidade complexa e persistente, onde preconceitos sutis e subjetivos continuam a permear diversas esferas da sociedade. Embora, de modo geral, não tão explícitos quanto formas mais flagrantes de discriminação, os efeitos do racismo silencioso são profundamente prejudiciais, perpetuando desigualdades e limitando o pleno desenvolvimento de indivíduos e comunidades marginalizadas em todas as esferas de suas vidas.

Esse tipo de discriminação muitas vezes se manifesta de maneira insidiosa, mas em casos mais extremos, esse silêncio leva ao genocídio dessa comunidade ou de parte dela como no caso contemporâneo da pandemia. Além disso, o racismo velado influencia sistemas sociais, econômicos e educacionais, perpetuando a falta de representatividade e reforçando estruturas que favorecem determinados grupos étnicos em detrimento de outros. Outrossim, a análise revelou que o silêncio muitas vezes obscurece as vozes e experiências das comunidades racializadas, perpetuando assim um ciclo de marginalização e invisibilidade. A quebra desse silêncio torna-se, portanto, uma necessidade urgente para a desconstrução do Pacto da Branquitude e da Necropolítica.

Nesse caminho, a reflexão sobre a Necropolítica em relação às comunidades negras revela um panorama complexo e doloroso, onde as estruturas de poder muitas vezes perpetuam formas insidiosas de violência e opressão. Ela, que se manifesta na gestão da vida e da morte de determinados grupos, especialmente negros, evidencia um sistema que não apenas negligência, mas ativamente perpetua a desigualdade e a violência estrutural na escolha de quem deve viver ou morrer.

Destacando que é essencial desvelar e confrontar as múltiplas dimensões em que a Necropolítica se insinua, seja por meio da violência policial, da falta de acesso a recursos básicos, do sistema de justiça discriminatório ou de disparidades na saúde como no cenário pandêmico narrado. O reconhecimento dessas manifestações é essencial para a busca de soluções que transcendam a mera denúncia, direcionando esforços para transformações estruturais.

Ao considerar estratégias para confrontar esse pacto narcísico e a necropolítica, é indiscutível promover diálogos abertos e sistemáticos sobre

o racismo e suas ramificações. A conscientização e a educação emergem como ferramentas elementares para desafiar suposições arraigadas e incentivar uma reflexão profunda sobre o papel individual na reprodução desses padrões.

Em última análise, este estudo ressalta a importância de romper o silêncio velado que envolve o Pacto da Branquitude e a Necropolítica. Somente através de uma abordagem corajosa e coletiva para enfrentar as questões raciais poderemos verdadeiramente aspirar a uma sociedade que valoriza a diversidade como se deve e assim promover a possível igualdade pautada no respeito para todos os seus membros.

Referências

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe. **Revista Direito e Praxis**, v. 10, n. 4, p. 3024-3055. 2019.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTIN, Enidelce. A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 85, p. 195-200. 2023.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, v. 140, p. 84-100. 2021.

FERÉ, Liz. O poder das palavras: relações de alteridade no seio do povo brasileiro, entre branquitude e negritude. **Revista Letrônica**, v. 11, n. 3, p. 83-99. 2018.

GUIMARÃES, Carlos A.; CARNUT, Leonardo.; MENDES, Áquila. A questão racial e os limites do desenvolvimento econômico-social brasileiro: uma perspectiva crítica. **Revista América Latina em la historia económica**, 29, n. 1, México, p. 1-33. 2022.

HILÁRIO, Leomir Cardoso; LIMA, Sophia Helena Rito. Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. 1-17. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151. 2017.

MENEZES, Mário; MENDES, Luciano. O silêncio, o silenciamento e o silêncio cúmplice como mecanismos de perpetuação do racismo nas organizações. **Revista Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 6, p. 1-11. 2023.

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 1-23. 2023.

SANTOS, Milton. O destino decolonial da sublimação: as mídias populares no combate ao racismo brasileiro. **Revista Ágora**, v. 25, n. 2, p. 74-85. 2022.

SIEVERS, Juliene Maria; SILVA, Érick Santos da. Os atravessamentos entre a Necropolítica e o Pacto Narcísico da Branquitude. **Revista Ideação**, v. 1, n. 47, p. 343-355. 2023.

VERÍSSIMO, Tânia Corghi. A Escravidão como mal de arquivo: apagamento e acontecimento na História do Brasil. **Revista Alea: Estudos Neolatinos**, v. 22, n. 3, p. 149-165. 2020.

Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – ISSN: 2595-0959, V. 7, N. 1, 2024

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Concepção e conceitualização: JBMO, FLMS, AAGP

Redação do manuscrito original: JBMO

Curadoria de dados: JBMO, FLMS, AAGP

Análise de dados: JBMO, FLMS, AAGP

Redação textual: JBMO, FLMS, AAGP

Supervisão: FLMS

Financiamento

Não houve financiamento.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Não se aplica.
